

**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 886/2022

Sumário: Determina a constituição do Painel Independente de Alto Nível de seleção e acompanhamento do «Programa Nacional para o Alojamento no Ensino Superior — PNAES».

O presente despacho nomeia e define os termos para o funcionamento do Painel Independente de Alto Nível de seleção e acompanhamento do programa de financiamento do «Programa Nacional para o Alojamento no Ensino Superior — PNAES», a implementar através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o qual tem como missão avaliar, acompanhar e negociar as candidaturas ao programa, assim como definir regras que venham a ter de ser consideradas no âmbito da aprovação final do PRR.

No âmbito do PRR, foi definido um conjunto de reformas e investimentos que contribuem para o aumento da participação dos jovens no ensino superior, no contexto do qual o financiamento do PNAES através do PRR visa apoiar iniciativas a desenvolver por instituições de ensino superior (IES), e/ou por autarquias e entidades públicas locais, regionais e nacionais, assim como por empresas, podendo ainda incluir parcerias ou consórcios entre diferentes instituições públicas e/ou privadas.

O processo foi iniciado no verão de 2021 e incluiu as seguintes fases:

1 — A revisão e simplificação do regime legal para o licenciamento dos projetos de alojamento estudantil, tendo a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, I. P.), promovido um protocolo de cooperação com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC/ para aprofundar o estudo, a atividade de I&D e incentivar a modernização da indústria de construção em Portugal orientada para residências de estudantes. Este protocolo já resultou na elaboração de um conjunto de normas técnicas específicas para satisfazer tanto a necessidade de otimizar o licenciamento municipal dos projetos de residências como a importância de estabelecer padrões técnicos mínimos de qualidade, funcionalidade e conforto dos alojamentos.

2 — As normas técnicas referidas acima fundamentaram o desenvolvimento do novo regime legal específico para residências de estudantes em Portugal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 14/2022, de 13 de janeiro, e pela Portaria n.º 35-A/2022, de 14 de janeiro.

3 — Ainda neste contexto, o LNEC estimulará a preparação, o desenvolvimento e a divulgação de protótipos que facilitem a construção de residências de estudantes de uma forma inovadora e ambientalmente e energeticamente sustentável.

4 — Foi, entretanto, desenvolvida e publicada a Portaria n.º 29-A/2022 de 10 de janeiro, que define os termos para o financiamento do «Programa Nacional para o Alojamento no Ensino Superior — PNAES» através do PRR, determinando que os contratos de financiamento do PNAES através do PRR serão formalizados e geridos pela Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação, que assume as funções de beneficiário intermediário do PRR, responsável pela gestão dos contratos de financiamento.

5 — O contrato entretanto celebrado entre a Estrutura de Missão do PRR e a Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação inclui as orientações necessárias para preparação das candidaturas e para aprovação e implementação do programa, nomeadamente a especificação das responsabilidades pela gestão, acompanhamento, monitorização, avaliação, controlo e auditoria, os prazos de execução, a tipologia das despesas elegíveis e os parâmetros e ponderadores a considerar na aplicação dos critérios de seleção e aprovação dos projetos candidatos a financiamento pelo PRR.

É neste âmbito que o financiamento do PNAES através do PRR envolve agora duas fases, tendo por base os termos gerais do PRR e as boas práticas nacionais e internacionais:

i) Avisos para apresentação de manifestações de interesse a avaliar de forma competitiva por um painel de alto nível de seleção e acompanhamento independente, que importa designar; e

ii) Convites à apresentação de projetos de realização das residências para estudantes do ensino superior, para as manifestações entretanto aceites, que deverão ser concluídos depois da avaliação do seu mérito, com a negociação e celebração de um contrato de financiamento.

Os avisos e os convites referidos no número anterior incluem todos os termos necessários às operações relativas ao alojamento de estudantes do ensino superior, apoiadas pelo PRR, nomeadamente as operações financeiras e as regulamentações específicas necessárias. Em particular os avisos para apresentação de manifestações de interesse no âmbito do PNAES financiado através do PRR prosseguem os objetivos prioritários de divulgar a todos os interessados este instrumento de política pública e de desencadear o seu empenhamento na preparação dos respetivos projetos de investimento.

Devem ser propiciadas as melhores condições para, logo que possível, iniciar os processos de financiamento destes investimentos, indispensáveis para cumprimento das metas temporais estabelecidas pelo PRR, bem como iniciar os procedimentos necessários para as funções de auditoria e controlo do PNAES no âmbito da Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação.

Importa destacar que o objetivo de disponibilização de 15 000 novas camas para estudantes do ensino superior é extremamente ambicioso, em especial no horizonte temporal inerente ao PRR. Esta ambição, evidenciada pela circunstância desta meta ser equivalente ao número total de camas atualmente existente em residências de IES públicas, exige de facto que as condições para iniciar os investimentos e os financiamentos estejam asseguradas logo que o PRR seja finalmente aprovado.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — É constituído o Painel Independente de Alto Nível de seleção e acompanhamento do programa de financiamento do «Programa Nacional para o Alojamento no Ensino Superior — PNAES» através do PRR, adiante designado por «Painel de Alto Nível», que tem como missão avaliar, acompanhar e negociar as candidaturas ao programa, assim como definir regras que venham a ter de ser consideradas no âmbito da aprovação final do PRR.

2 — O Painel de Alto Nível acompanha as duas fases do processo, desde o seu lançamento até à conclusão, sendo constituído pelas seguintes individualidades, cujas notas curriculares constam do anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

- a) Ana Pinho, que coordena;
- b) Elsa Justino, que coordena;
- c) Jorge Grandão Lopes;
- d) Nuno Vasconcelos;
- e) Paulo Cruz.

3 — O Painel de Alto Nível conta com o apoio técnico do LNEC, no âmbito do protocolo de colaboração estabelecido com a FCT.

4 — Sempre que se revele necessário, para além do apoio técnico referido no número anterior, o Painel de Alto Nível pode ainda contar com o apoio de peritos externos, incluindo para questões de âmbito financeiro, operacional e regulamentar ou legislativo, e pode solicitar a colaboração ou proceder à consulta das entidades relevantes para o objetivo do trabalho a desenvolver.

5 — A atividade dos elementos que integram Painel de Alto Nível nos termos do n.º 2 do presente despacho, bem como das entidades convidadas a participar nos trabalhos nos termos do número anterior, é remunerada de forma semelhante a processos externos de avaliação nos termos legais aplicáveis, sem prejuízo do pagamento de ajudas de custo e deslocações a que tenham direito, nos termos legais.

6 — O apoio logístico, administrativo, jurídico e financeiro necessário ao funcionamento do Painel de Alto Nível é assegurado pela Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação, através de uma equipa própria, coordenada por um coordenador executivo.

7 — As funções de auditoria e controlo do PNAES devem ser asseguradas por equipa especializada dotada de adequado grau de autonomia e por responsável, preferencialmente, com

experiência no domínio do controlo estratégico da administração financeira do Estado, na direta dependência da diretora da Agência Nacional para a Gestão do Programa Erasmus+ Educação e Formação.

8 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

15 de janeiro de 2022. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Manuel Frederico Tojal de Valsassina Heitor*.

ANEXO

Notas curriculares

Ana Pinho nasceu em Oliveira de Azeméis, em 1974.

Licenciou-se em Arquitetura pela Escola Superior Artística do Porto em 2001 e concluiu o Doutoramento em Planeamento Urbanístico na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa em 2009, tendo recebido o Prémio IHRU para trabalhos de produção científica pela tese de doutoramento «Conceitos e políticas europeias de reabilitação urbana. Análise da experiência portuguesa dos Gabinetes Técnicos Locais».

Desenvolveu atividade de investigação no Laboratório Nacional de Engenharia Civil entre 2001 e 2012, nas áreas da reabilitação urbana, políticas territoriais e conservação do património.

Entre 2004 e 2006 foi Assistente Convidada do curso de Arquitetura da Universidade de Évora, desempenhando a mesma atividade entre 2005 e 2006 na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

Foi Professora Auxiliar do Mestrado Integrado de Arquitetura da Universidade Católica Portuguesa entre 2011 e 2015, tendo coordenado o mesmo nos anos de 2013 e 2014.

É autora e colaborou em diversas publicações científicas e técnicas, nas quais se incluem a coordenação do Guia Técnico de Reabilitação Habitacional, publicado pelo INH, e a coautoria do Guia dos Programas de Ação Territorial, publicado pela Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

Em 2009 foi Comissária da Carta Estratégica da Lisboa para as áreas da demografia e habitação.

Foi coordenadora, entre 2012 e 2014, da iniciativa de voluntariado «Terra Amada», centrada na reabilitação e melhoria da qualidade de vida das populações em aldeias do interior de Portugal.

Entre 2012 e 2016 foi consultora de diversos municípios para as áreas da reabilitação urbana, conservação do património e políticas territoriais. Foi também consultora da Augusto Mateus e Associados, entre 2015 e 2017, para as áreas das políticas urbanas e territoriais e política de coesão.

Em fevereiro de 2017 assumiu funções como vogal do Conselho de Administração da Fundiastamo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.

Em julho de 2017 assumiu as funções de Secretária de Estado da Habitação, cargo que exerceu até setembro de 2020.

Desde abril de 2021 é Investigadora Principal do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

Elsa Justino nasceu em Cascais, em 1969.

É licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e mestre e doutorada na mesma área pela Universidade Católica Portuguesa.

Da sua Experiência profissional destacam-se diversos cargos exercidos em comissão de serviço como, Vogal da Comissão Instaladora do Fundo de Apoio ao Estudante (Ministério da Educação), Vice-Presidente do Fundo de Apoio ao Estudante (Ministério da Ciência e Ensino Superior), Sub-diretora Geral da Direção Geral do Ensino Superior (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) e Chefe do Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional (MTSS). De setembro de 2008 a julho de 2019 exerceu o cargo de Administradora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), e dos Serviços de Ação Social.

Desde agosto de 2019 integra o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD, E. P. E.), como Vogal Executiva.

Leciona no Mestrado de Gestão em Serviços de Saúde e no Mestrado de Serviço Social como Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). É ainda, Professora Auxiliar Convidada da Licenciatura em Serviço Social na Universidade Lusófona do Porto.

É Membro Integrado do Centro de Avaliação e Políticas Públicas (CAPP) da Universidade de Lisboa. Participa regularmente em estudos, comunicações e artigos científicos nas áreas da gestão, do serviço social e da educação.

Jorge Manuel Grandão Lopes nasceu a 22 de abril de 1956.

É Investigador Principal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P. (LNEC, I. P.)

Detém uma Licenciatura em Engenharia Civil — ramo Estruturas, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), em 1978, Grau de Especialista em Edificações pelo LNEC, em 1991, e Título de Especialista pelo Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) em Direção e Gestão da Construção, em 2015.

É Diretor do Departamento de Edifícios do LNEC, I. P. (desde 2010), e foi Chefe do Núcleo de Revestimentos e Isolamentos do Departamento de Edifícios do LNEC, I. P., de 2003 a 2010.

É membro da OE — Ordem dos Engenheiros (membro Sénior), e detém o Título de Especialista da OE em Direção e Gestão da Construção (em 2015).

Atividade de investigação científica, com os principais temas científicos: Tecnologias de construção de edifícios; Patologia e reabilitação de edifícios; Física das construções (e.g., térmica, acústica, higrometria); Caracterização laboratorial de produtos da construção; Apreciação técnica de produtos inovadores; Provas para a obtenção do grau de Especialista do LNEC: *Coberturas em terraço. Efeito de cargas localizadas sobre sistemas de impermeabilização* (1991); Participação e coordenação de vários projetos de investigação na sua área de atividade; Autor de 2 livros (série ITE do LNEC) e capítulos de livros; autor ou coautor de cerca de 50 artigos publicados em revistas, congressos, simpósios e conferências nacionais e internacionais; autor ou coautor de cerca de 400 relatórios, notas técnicas e pareceres elaborados no âmbito da atividade do LNEC; autor de mais de 100 Documentos de Homologação e de Aplicação do LNEC; Orientação ou coorientação de 20 dissertações de Mestrado e participação em arguências; Revisão de artigos científicos submetidos para publicação em revistas nacionais e internacionais.

Como atividade de ensino, destaca-se: docente convidado do Bacharelato em engenharia civil do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL); docente convidado da licenciatura em Direção, Gestão e Execução de Obras (CESE) no ISEL; docente convidado nos Cursos de Mestrado em Construção do IST; Docente convidado da Licenciatura e Mestrado em engenharia civil do ISEL; Docente convidado na Pós Graduação em Conservação e Reabilitação de Construções, do ISEL.

Outras atividades: Membro do Conselho Científico do LNEC; Membro da Comissão Técnica Portuguesa do IPQ CT 96 «Revestimentos de impermeabilização»; membro do CEN/TC 254 «*Flexible sheets for waterproofing*»; representante do LNEC no European Network of Building Research Institutes (ENBRI); representante do LNEC no Conselho Consultivo do IHRU e no Conselho Nacional de Habitação.

Nuno Maia Serpa de Vasconcelos nasceu a 11 de fevereiro de 1953.

Detém uma Licenciatura em Engenharia Civil, IST.

Entre 2007 e 2010, desempenhou funções no Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, onde foi Presidente do Conselho Diretivo. No âmbito desta função, assumiu a corresponsabilidade pela reestruturação e red denominação do INH com a integração do IGAPHE e parte da DGEMN no Instituto recém-criado. Procedeu à concretização das alterações na política de apoio à habitação, privilegiando a reabilitação do edificado em detrimento da construção nova e o arrendamento versus aquisição de habitação. Apoiou a reabilitação de centenas de bairros sociais e bairros de custos controlados em todo o país, assinando acordos de colaboração com mais de 60 Câmaras, envolvendo a reabilitação de aproximadamente 12 000 fogos e a construção de cerca de 8000. Durante este período, foi iniciada a reabilitação do património habitacional do IHRU (cerca de 12 000 fogos). Foi implementado o programa de apoio ao arrendamento para jovens — Porta 65 Jovem; foi desenvolvida a IBC — Iniciativa dos Bairros

Críticos, nos Bairros do Lagarteiro no Porto, Cova da Moura na Amadora e Vale da Amoreira na Moita; foi criado o Observatório da Habitação e Reabilitação Urbana; foi promovido o desenvolvimento dos planos integrados de Almada e de Setúbal; foi desenvolvido o novo regime jurídico da reabilitação urbana; foram reforçadas as Sociedades de Reabilitação Urbana participadas pelo IHRU — Porto, Coimbra e Viseu; foram estabelecidas parcerias com diversos municípios, no âmbito do QREN.

Entre 1996 e 2007 foi Presidente da Comissão Executiva da Tagusparque, S. A. No âmbito desta função, salienta-se a implementação de um modelo de desenvolvimento urbanístico, a promoção e criação de parcerias institucionais nomeadamente a ligação Universidade/Empresas, a criação de uma incubadora de empresas e de uma incubadora de ideias e a criação de dois centros de investigação entre Universidade e parceiros empresariais. Responsável pela construção de mais de 30 000 m² de espaços de escritórios (edifícios Inovação II a IV, Edifícios Tecnologia II a IV, Edifícios Ciência I e II, Edifícios Qualidade I a III) e pelo início do Projeto da 2.ª fase do Taguspark. Paralelamente, foi Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AZORES PARQUE, S. A.

Entre 1977 e 2002 desempenhou funções de chefia na Câmara Municipal de Oeiras, designadamente: Diretor e Gestor do Programa URBAN de Oeiras; responsável pela recuperação da antiga Fábrica da Pólvora em Barcarena; Diretor dos Serviços Técnicos; Chefe de Divisão de Habitação; Chefe dos Serviços Municipais de Habitação. Exerceu ainda funções no SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local).

Foi Presidente da Comissão Instaladora da Escola de Música de Linda-a-Velha (1991-1994).

Paulo Cruz.

Docente da Universidade do Minho desde 1989, inicialmente no Departamento de Engenharia Civil, de que foi Diretor em 2003 e 2004, e, posteriormente, na Escola de Arquitetura, a que presidiu entre 2004 e 2011. Professor Catedrático de Construção e Tecnologia, desde 2008. Pró-Reitor da Universidade do Minho para a Qualidade de Vida e Infraestruturas, entre 2017 e 2021. Presidente da Escola de Arquitetura, Arte e Design, desde 2021.

Licenciado em Engenharia Civil pela Universidade do Porto (1987); Mestre em Estruturas pela Universidade do Porto (1991); Doutor em Engenharia da Construção pela Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona (1995); Agregação em Estruturas pela Universidade do Minho (2005). Membro Sénior da Ordem dos Engenheiros (2002) e Especialista em Estruturas (2003). Vogal do Colégio Nacional de Engenharia Civil (2010-2013).

Ensina e investiga no domínio da Construção e Tecnologia, privilegiando a articulação entre Estruturas e Arquitetura, a fabricação aditiva e a utilização inovadora de materiais tradicionais. É autor de mais de trezentas publicações científicas e tem experiência de participação e coordenação de projetos de investigação de que se destaca: Lab4U&Spaces — Living Lab of Interactive Urban Space Solutions; SIFA — Sistema Inteligente de Fabricação Aditiva; KERAMOS — Additive Manufacturing of Innovative and Multifunctional Ceramic Products for Architectural Systems.

Editor in Chief da Revista *Architecture, Structures and Construction*, Springer, desde 2021. *Associate Editor* da Revista *Structure and Infrastructure Engineering*, Taylor & Francis, desde 2005; membro do *Editorial Board* da Revista *Steel Construction*, Ernst & Sohn, Wiley, desde 2011, e do *Editorial Board* da Revista *Glass Structures & Engineering*, Springer, desde 2016.

Fundador e Presidente da International Association of Structures and Architecture, desde 2016. Coordenador da organização dos congressos internacionais nessa temática (ICSA2010, ICSA2013, ICSA2016, ICSA2019 e ICSA2022). Secretário do *Executive Committee* da International Association for Bridge Maintenance and Safety (2001-2018). Administrador Executivo da Fundação Cidade de Guimarães (2011-2013), instituição que teve como fins principais a conceção, promoção, execução e o planeamento e desenvolvimento do programa cultural da Capital Europeia da Cultura — Guimarães 2012.

314905404